

O bem que faz uma CPI e os problemas da Alca

página 2

Calote no FGTS e o caso Prodasen

página 3

Privatização de Furnas e as histórias de ACM

página 4

Conselho Político lança II Manifesto em Defesa do Brasil

página 6

Politicamente correto

Há expressões que entram e saem de moda. Meu pai dizia "que sujeito pau" ao referir-se a um chato. Nos anos 70, o Pasquim prestava, entre seus inestimáveis serviços, o de manter a gíria atualizada. Hoje, é brega falar "vai plantar batatas!"

A impaciência e a perda de certos valores favorecem os palavrões. Não é raro escutar crianças dirigirem-se aos pais em termos impúblicáveis. Talvez nem seja questão de desrespeito, mas de ignorância mesmo, de quem é prisioneiro de um universo vocabular exíguo. A moda agora é destacar os que são considerados "politicamente corretos". Isso me cheira àqueles

que o autor do Apocalipse rejeita por não serem "nem frios nem quentes" (3,15) e, portanto, merecem ser vomitados pelo Espírito.

Andam em voga também os "politicamente monomaniacos", que querem a presidência da República a qualquer custo. Os "politicamente safardanas" ostentam uma sinuosa trajetória administrativa de malversação e apadrinhamento de corruptos e, no entanto, exibem um sorriso angelical. "Politicamente mofatrão" é o sujeito que destina R\$ 18 bilhões do orçamento federal para investimentos e reserva R\$ 607 bilhões para os serviços da dívida pública. Proliferam por aí os

"politicamente hipalgésicos", que se locupletam com a recessão e ainda ousam dizer em público que a crise brasileira não é grave. Na esquerda, multiplicam-se os "politicamente dimórficos", que se envergonham tanto de aplaudir a economia de mercado quanto de defender o socialismo.

Vizinhos deles são os "politicamente palinódicos", que hoje consideram a transformação social um mero conceito de astrofísica e medem a democracia antes pela rotatividade das urnas que pela barriga do povo. Em sua obtusidade são companheiros dos "politicamente acarraçados", que não

acreditam na rotação da Terra, na mudança da história e são tão aferrados ao futuro de seus sonhos que confundem o presente com o passado.

Caberia elogiar os "politicamente insubornáveis", os "politicamente probos", os "politicamente terçadores" em favor dos pobres etc. Mas já seria politicamente promissor se tivéssemos no Brasil mais mulheres e homens públicos menos voltados à própria adjetivação e mais interessados nas substantivas demandas sociais. Essas sim, são politicamente urgentes.

Frei Betto, escritor, autor, em parceria com Leandro Konder, de "O Indivíduo no Socialismo" (Fundação Perseu Abramo), entre outros livros.

PTnotícias

JORNAL DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

ANO V Nº 103 - De 26 de abril a 11 de maio/2001



PT defende cassação de senadores

A Comissão Executiva Nacional, reunida no dia 23 de abril em São Paulo, defendeu a cassação dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), o ACM. Para a CEN os senadores quebraram o decoro parlamentar no episódio da violação do painel de votação. A defesa da CEN baseia-se no laudo da Unicamp, no depoimento da ex-diretora do Prodasen e na confissão de Arruda no plenário do Senado. O PT quer ainda a renúncia do presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA).

O Partido dos Trabalhadores irá buscar "por todos os meios políticos e constitucionais a renúncia de Jader", destaca a nota emitida pela Comissão Executiva. "Não há mais nenhuma condição ética e política para o senador Jader Barbalho continuar presidindo o Senado da República e, portanto, o Congresso Nacional. Todo o país tem conhecimento das graves denúncias —apoiadas em indícios e provas— contra o senador".

A bancada do PT irá buscar a instauração de uma CPI mista da Corrupção, ou da Sudam, até o dia 2 de maio. Na nota oficial, a Comissão decidiu também "repudiar as tentativas de envolver parlamentares do PT nas fraudes ocorridas no Congresso e manifestar sua solidariedade aos senadores Heloísa Helena e José Eduardo Dutra, cujas trajetórias e condutas no episódios são irrepreensíveis".

Segundo o presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu (SP), em entrevista após a reunião da CEN, o partido não tem dúvidas de que a senadora votou pela cassação do senador Luiz Estevão. De acordo com ele, mesmo que a suposta lista com os votos dos senadores seja apresentada, a posição do partido continuará a mesma. "A lista já não tem valor nenhum, depois de tudo que aconteceu, ela pode muito bem ser falsa. A palavra de Heloísa Helena é que vale", disse.

Confissão não atenua punição

A confissão do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) sobre sua participação no esquema de violação do painel do Senado não pode amenizar suas punições. A opinião é do líder do PT na Câmara, deputado federal Walter Pinheiro (BA), para quem Arruda "atestou que cometeu o crime e é duplamente culpado, por mentir e por participar da violação".

Para Pinheiro a confissão elimina a "operação abafa" e agrava a situação do ex-líder de FHC.

Segundo o petista, o senador só veio a público confessar sua culpa depois do depoimento da ex-diretora do Prodasen, Regina Borges.

"Ele apresentou um álibi mentiroso, envolvendo pessoas, mas foi forçado a confessar e a pedir desculpas", acrescentou. Ainda segundo o líder petista, a confissão de Arruda abre caminho para a abertura de processo para sua cassação. "Sua atitude não condiz com o decoro parlamentar", acrescentou.

O mesmo entendimento tem o senador Jefferson Peres (PDT-AM). "O que o senador fez foi muito grave. Se todos os que cometerem uma falta grave como esta forem absolvidos, não existe mais Senado."

O líder petista Luiz Inácio Lula da Silva considera inevitável a abertura de processo de cassação para os mandatos dos senadores por quebra de decoro parlamentar. Segundo o petista, o depoimento de Regina Borges sensibilizou a opinião pública, "não só pelo relato, mas pela dignidade". "A população ficou perplexa com uma funcionária que diz que se sente tão bandida quanto aqueles a que estava acusando", disse o petista.

Lula considera que a denúncia de violação do painel pelos senadores favorece o pedido de CPI para apurar denúncias de corrupção no governo. "É mais um elemento do esquema de banditagem montado pelo governo". Lula questionou qual seria o objetivo

de Arruda e ACM ao pedirem a lista da votação ao Prodasen. "Deve ser algo muito grande para se cometer um crime desta gravidade", sugeriu ele.

Adesões por "gravidade"

A situação insustentável criada com o depoimento da ex-diretora do Prodasen e que incrimina ACM e José Roberto Arruda acelerou a adesão de parlamentares ao requerimento que cria a CPI da Corrupção. A avaliação é do deputado federal Fernando Ferro (PT-PE), para quem existe atualmente uma grave crise política no governo e sua base de sustentação.

"A tendência é que as adesões à CPI aconteçam por 'gravidade' porque é uma situação insustentável", falou Fernando Ferro. O deputado petista revela que entre deputados federais pernambucanos ligados ao governo existe muito constrangimento por causa da crise aberta no Senado. "Dois deputados me disseram que estão em situação constrangedora e que podem assinar o requerimento. Eles têm a fidelidade partidária mas falaram que a questão ética os deixa numa situação difícil", falou o parlamentar petista.

Fernando Ferro considera que a "operação abafa" desencadeada pelo governo para impedir a CPI se desestruturou com o depoimento de Regina Borges. "Ou ACM, Jader e FHC se juntam para abafar a crise ou os três caem", afirmou o deputado.



CPI é pedida por 15 mil em Brasília

Cerca de quinze mil pessoas manifestaram-se no dia 5 de abril em Brasília, em marchas e atos públicos que reuniram partidos, sindicatos e entidades da sociedade civil. Convocado pelo Movimento da Cidadania em Defesa do Brasil e contra a Corrupção, o ato reuniu três bandeiras de luta: a instalação da CPI da Corrupção, o pagamento integral do resíduo do FGTS e o reajuste salarial dos servidores públicos.

O protesto começou pela manhã, com concentração em frente ao Banco Central. A multidão caminhou em seguida pela Esplanada dos Ministérios e encerrou a manifestação com ato público e inauguração do Painel da CPI.

Estados mobilizados

Em discurso aos manifestantes, o dirigente petista Luiz Inácio Lula da Silva lembrou às lideranças políticas a necessidade de mobilização da população nos Estados pela CPI da Corrupção. Para ele, a luta pela apuração de denúncias contra autoridades está apenas começando. O momento, segundo Lula, é de pressão popular para que o Congresso apure as denúncias.

A mobilização do dia 5 foi o início de um processo que alcançará seu ponto alto no Dia do Trabalhador, 1º de maio, avaliou o presidente da CUT, João Felício.

Painéis apontam deputados contrários à CPI

Durante a manifestação foram inaugurados painéis em frente ao Congresso com a relação dos parlamentares por Estado e suas opções com relação à CPI da Corrupção. Os quadros serão levados para os Estados para que sindicatos e movimentos populares possam reproduzi-lo e divulgá-lo no maior número possível de cidades.

O painel mostrou que na Paraíba apenas o deputado petista Avenzoar Arruda assinou o pedido de CPI. "A bancada

O primeiro de muitos

O presidente nacional do PT, deputado José Dirceu (SP), disse que o ato pela CPI da Corrupção é o primeiro de muitos protestos em todo o país.

"O governo e parte da mídia estão jogando pesado contra a CPI", disse Dirceu, para quem a pressão das manifestações será o contraponto à "operação abafa".

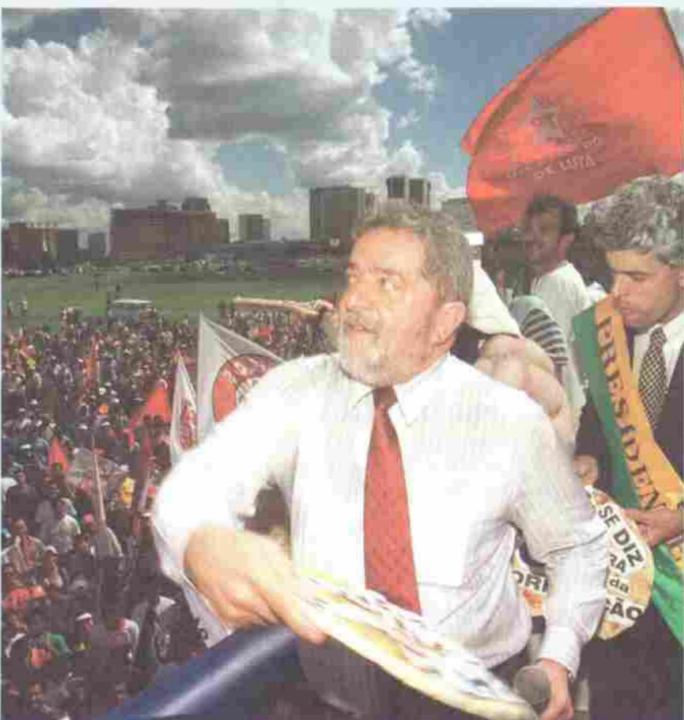
O líder do PT, deputado Walter Pinheiro (BA), afirmou que a mobilização da sociedade fará diferença na decisão dos parlamentares de apoiar ou não a CPI da Corrupção. Segundo Pinheiro não há sintonia na base governista e a colocação de painéis com o nome de parlamentares que ainda não assinaram o requerimento "será muito importante" no processo.

"O presidente Fernando Henrique Cardoso vai ter que se explicar até 31 de dezembro de 2002. Seu governo continuará sob suspeita", avaliou Pinheiro.

O presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Wadson Ribeiro, observou que a mobilização popular é fundamental para garantir a instalação da CPI da Corrupção. "Quando começamos o movimento que derrubou Collor éramos chamados de loucos, mas esses loucos viraram milhões".

paraibana me envergonha", lamentou Avenzoar, que conversou pessoalmente com os deputados, "mas a maioria argumentou que recebeu telefonemas do presidente Fernando Henrique pedindo para não apoiar a CPI".

Avenzoar afirmou que ainda não se deu por vencido. "Vamos levar o painel para a Paraíba e com a pressão popular e com o apoio da OAB e da Arquidiocese tentaremos sensibilizar os parlamentares para apoiar a CPI."



Lula participa de protesto contra a impunidade, durante ato em Brasília no dia 5/4

RECADADO



CPI só faz bem para o Brasil

O governo não quer a CPI da Corrupção e usa o falso argumento de que é genérica demais. Mas também não quer a CPI da Sudam. O arquivamento do pedido de urgência para votação é mais uma prova de que o governo encobre, é conivente e não quer investigar a corrupção, e faz cair por terra a desculpa dos tucanos e aliados, porque a CPI da Sudam tinha apenas um item e também foi rejeitada. E está claro que a Corregedoria criada por FHC não tem como funcionar, afinal, como é que o governo explica à sociedade que o próprio Executivo, que permitiu as fraudes, seja o encarregado da apuração das irregularidades?

O PSDB não consegue mais tapar o sol com a peneira: tendo abafado onze CPIs, ficando sem perspectiva ou saída e estando na iminência de perder totalmente a credibilidade, o governo adota a tática de partir para

o ataque. Tenta convencer a sociedade de que todos são iguais e que estão todos no mesmo mar de lama. Iniciou uma investida de CPIs contra o PT, inventando denúncias, distorcendo informações. Tudo, na tentativa de desviar o foco de onde estão as irregularidades.

Mas não funciona a ação desesperada do governo de confundir a opinião pública: faz propaganda tentando relacionar o PSDB com as prioridades e os projetos sociais do PT ao mesmo tempo em que tenta arrastar o PT para o mar de lama em que está, junto com seus aliados.

A verdade é que, diferente do que parece pensar o governo tucano, o povo não é bobo e está avaliando como cômicas as peças publicitárias que, aliás, retratam um comportamento típico deste governo de que o dinheiro pode tudo, pode abafar CPIs, determinar favorecimentos e até produzir boas propagandas, mas não convence.

Enquanto não havia essa avalanche de denúncias contra o PSDB não se falava em CPIs contra os governos petistas. E por um simples motivo: não havia justificativa.

E a tática foi estudada, pensada, os tucanos jogaram alto, mirando para São Paulo, a capital mais importante do país, vitrine para todo o Brasil, onde o povo escolheu o PT para governo. Mas jogaram mal.

Logo após a prefeita Marta Suplicy ter assumido, o PSDB, para desviar as atenções da CPI da Corrupção em Brasília, iniciou na capital paulista uma campanha para instalar a CPI do Lixo, querendo igualar o governo Marta Suplicy ao governo FHC. Mas esta tática caiu por terra quando a Prefeitura e a Bancada do PT decidiram apoiar a abertura da CPI.

O PT não tem medo de CPI. Basta ver que, em Belém, durante os quatro anos e três meses de administração petista foram aprovadas três CPIs e todas elas serviram para atestar a honestidade e a seriedade do

governo, componentes que certamente pesaram quando a população reelegera Edmilson Rodrigues. Em Porto Alegre, em doze anos, foram instaladas quatorze CPIs. E o resultado também conferiu ao governo petista poder reafirmar junto aos gaúchos sua marca de ética e seriedade.

A sociedade não cai na tática tucana e já mostrou isso nas eleições passadas — e esse é o desespero do governo. As 27 assinaturas necessárias para a abertura da CPI da Corrupção foram conseguidas no Senado. A oposição quer agora conseguir as assinaturas na Câmara. O PT não vai desistir de apurar irregularidades envolvendo autoridades dos três poderes.

A população brasileira já deu a demonstração de que está madura, que sabe separar o joio do trigo e, driblando a manipulação da informação, sabe hoje, e a cada dia mais, quem é quem.

José Dirceu, presidente nacional do PT e deputado federal.



Grandes não aparecem no caso da Sudam

O deputado federal João Batista Babá (PT-PA) disse que os grandes implicados no caso Sudam não aparecem e que somente os “bagrinhos” é que estão sendo presos. O parlamentar cita como exemplo um projeto de financiamento de uma indústria de brinquedos no Amazonas que custou mais de R\$ 650 milhões aos cofres públicos e está paralisado.

“Nessa história toda, a imprensa não mostra o envolvimento dos grandes, pois eles são anunciantes de peso”, falou o deputado Babá, autor da proposta de CPI da Sudam. O parlamentar aponta o caso do projeto de instalação de uma indústria de brinquedos em Manaus, a Politroll, empreendimento que reunia a empresa paulista Troll, a

Souza Cruz e o banco Safra. A Sudam, de acordo com o deputado petista, teria injetado mais de R\$ 650 milhões no projeto, paralisado após as descobertas de irregularidades. “Até hoje o negócio não foi cancelado e o dinheiro também não foi devolvido”, declarou.

Babá calcula que somente os projetos irregulares envolvendo grandes empresas tenham causado um prejuízo aos cofres públicos superior a R\$ 1,5 bilhão. O deputado não se impressiona com a publicidade que envolveu a prisão de Osmar Borges, sócio do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) e envolvido na corrupção da Sudam. “Osmar é um ‘laranja’”, avalia o parlamentar.

Os problemas para Jader Barbalho aumentam a cada dia. A Polícia Federal do Tocantins abriu inquérito para apurar se houve irregularidades na empresa de criação de rãs de sua mulher, Márcia Centeno. O projeto, de R\$ 9,6 milhões, foi tocado com recursos da Sudam e entrou em processo de cancelamento por suspeita de fraude.

“Farinha do mesmo saco”

Mesmo atolado em acusações, Jader Barbalho continua sendo defendido pelo presidente FHC. Quem não ficou surpreendido com a defesa oficial foi o presidente do PT, deputado federal José Dirceu, para quem Jader e o presidente “são farinha do mesmo saco”.

“Não me surpreende que o presidente, por meio de seu porta-voz e de seu líder, senador Artur Virgílio (PSDB-AM) defendam Jader. São todos farinha do mesmo saco”, declarou Dirceu. O dirigente petista considerou o “cúmulo do cinismo” o discurso feito por Jader na tribuna do Senado para se defender das acusações de envolvimento com a corrupção da Sudam.

As suspeitas são de que o rombo nos cofres do órgão público federal supere a marca dos R\$ 2 bilhões. “Ele agora pratica a fuga para a frente, ao dizer que precisa ser apurada a corrupção da Sudam em São Paulo mas não fala sobre a apuração no desvio de dinheiro praticado no Pará e Tocantins”, disse o presidente do PT.

INTERNACIONAL

Alca: uma integração desfavorável

Logo após sua posse, em janeiro, W. Bush declarou à imprensa que a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) seria prioridade do seu governo. Determinou à sua assessoria que o órgão do Departamento de Comércio, encarregado dos assuntos relativos à Alca, fosse subordinado diretamente ao seu gabinete e telefonou ao presidente Fernando Henrique Cardoso, convidando-o para uma conversa em Washington. Assunto: Alca, antes da reunião da Cúpula das Américas, em Quebec, no Canadá, em abril.

O governo W. Bush tem pressa, insistiu na reunião dos ministros de Estado, realizada em Buenos Aires, no dia 7 de abril, para que a conclusão das negociações fosse em 2003. Os latino-americanos decidiram por maioria que a conclusão ficasse para 2005. A data, 2003, coincide com as eleições presidenciais nos EUA. Caso as negociações sejam favoráveis aos norte-americanos, W. Bush certamente usará a Alca para a sua reeleição. Na reunião em Quebec, os EUA continuam inflexíveis e apressados.

O fato é que a Alca é um projeto estratégico de liberação comercial defendido pelos EUA para ampliação de suas fronteiras econômicas. A adesão do Brasil a esse mercado ganhou força em plena febre da abertura econômica, quando o ex-presidente Itamar Franco juntamente com o recém-eleito Fernando Henrique Cardoso participaram da 1ª Cúpula das Américas, realizada em dezembro de 1994, em Miami.

Desde então, já se somaram nove grupos de negociação e três comitês especiais que estão debatendo e definindo regras e normas para regulação de matérias como: redução de barreiras tarifárias, políticas de subsídios, antidumping, medidas compensatórias, desregulamentação do fluxo de capitais, proteção de investimentos externos, compras governamentais, propriedade intelectual e a abertura ampla aos investidores externos.

Ocorre que o governo brasileiro tem se portado nas negociações como se a adesão do Brasil à Alca fosse um fato consumado. Essa postura da diplomacia brasileira mereceu críticas do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, então presidente do Instituto de Pesquisa de Relações Institucionais (IPRI), órgão vinculado ao Itamaraty. Por manifestar livremente sua posição contrária à Alca foi punido pelo ministro Celso Lafer com a demissão do Instituto e decretada a “lei da mordaza” no Ministério das Relações Exteriores.

As condições desfavoráveis do Brasil para integração à Alca não são devidamente reconhecidas pela diplomacia brasileira. A começar pelas condições de produção e comercialização dos EUA, o maior interessado nesse mercado, que tem um PIB correspondente a 71% de todo o hemisfério. No período de 1994/97, por exemplo, as exportações brasileiras para os EUA cresceram apenas 5,22%, enquanto nossas importações daquele país aumentaram 116,52%. Mesmo depois da desvalorização cambial de 1999, a balança comercial continuou com déficit incontrolável.

As discussões das quais participa o Brasil são limitadas a modalidades de integração, condições ou prazos. A diplomacia brasileira não colocou como condição básica para integração do mercado cláusulas sociais, ambientais e sanitárias. Os EUA não aceitam discuti-las. O México, que faz parte do Nafta, (mercado comum da América do Norte), comercializa com os EUA 83% de sua produção. No entanto, não há acordo sobre legislação trabalhista. No chamado “muro da vergonha”, que separa o México dos EUA, morreram centenas de mexicanos ao tentarem atravessar a fronteira para trabalhar nos EUA. Há nas negociações uma inversão de valores. Em primeiro lugar são colocadas as mercadorias. O ser humano e seus problemas são secundarizados.

Portanto, a adesão do Brasil à Alca não deve ser tratada de forma restrita apenas aos círculos da burocracia diplomática e tecnocrática. Trata-se de uma decisão que diz respeito ao futuro do país enquanto nação e conseqüentemente à vida de cada brasileiro.

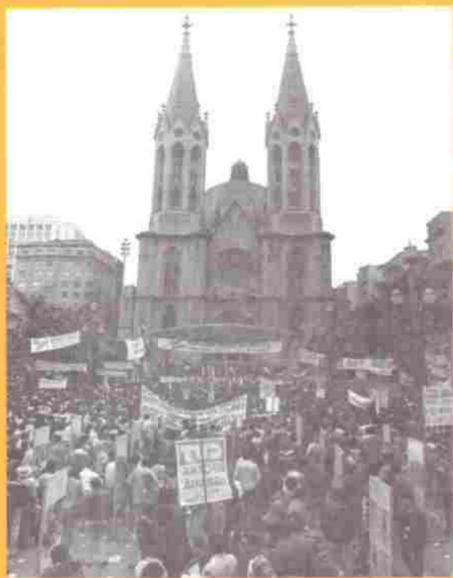
A Comunidade Européia levou 30 anos debatendo a criação do seu mercado comum com a realização de plebiscitos de diversas naturezas. Por se tratar de uma questão de tamanha relevância para a vida nacional apresentei projeto de decreto-legislativo a Câmara dos Deputados propondo a realização de um plebiscito nacional sobre a Alca. A realização do plebiscito se justifica não só pela importância das questões em negociação, mas para que as decisões não sejam restritas aos círculos diplomáticos e tecnocráticos. A sociedade precisa se informar melhor, debater e decidir democraticamente se o país deve ou não participar da Alca.

Henrique Fontana, deputado federal PT/RS.

PTnotícias
 ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT José Dirceu	APOIO ADMINISTRATIVO Ana Troccoli - estagiária
SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO Ozeas Duarte	ILUSTRAÇÕES Vicente Mendonça
JORNALISTA RESPONSÁVEL Fernanda Estima - MTb 25075	SEDE Rua Silveira Martins, 132, São Paulo, SP, CEP 01019-000 Tel.: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349 E-mail: pntot@pt.org.br Página na internet: www.pt.org.br
REDAÇÃO Rosana Ramos, Fernanda Estima, Walter Venturini e Claudio Cezar Xavier	Diagramação Cláudio Gonzalez
DIAGRAMAÇÃO Cláudio Gonzalez	Tragem: 12.000 exemplares Fotolitos e impressão: Artpress

TRABALHO



1º de Maio de luta

O PT tem dispensado grande esforço para mobilizar e encher as ruas e praças do Brasil no Dia do Trabalhador. "Neste 1º de Maio faremos grandes manifestações por uma CPI contra a corrupção, pelo pagamento do confisco do FGTS, por aumento de salário, e por uma política de desenvolvimento que gere emprego e reduza as desigualdades sociais", falou Marcelo Sereno, secretário nacional Sindical do PT.

"Precisamos fazer um 1º de Maio que seja uma referência política, reunindo milhares de pessoas no Vale do Anhangabaú, centro de São Paulo. Não faremos um 1º de Maio de festa, mas de protesto contra as políticas de FHC, contra o confisco do FGTS, em favor de cidadania, justiça e democracia. E, é claro, exigindo a instalação da CPI da Corrupção". A declaração é do presidente nacional da CUT, João Felício, entidade que encabeça a preparação das manifestações. A Executiva da CUT também destaca a importância de ser intensificada a coleta de assinaturas no abaixo-assinado elaborado pelo Fórum Nacional de Luta, do qual a Central faz parte. O abaixo-assinado está sendo passado pela militância sindical durante a preparação do 1º de Maio.

FGTS, calote do governo e dos patrões

Quando o presidente Fernando Henrique, no último dia 21 de março, anunciou sua proposta para corrigir o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que havia sido expurgado pelos Planos Verão (1989) e Collor (1990), disse que estava "transformando este contencioso no maior acordo do mundo". O presidente faltou com a verdade. O tal acordo, apoiado apenas pela Força Sindical e pela CGT, não teve apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nem das duas mais poderosas organizações patronais do país, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Por seu conteúdo, em vez de ser o "maior acordo", a proposta de Fernando Henrique talvez seja o maior calote do mundo.

A dívida de R\$ 40,5 bilhões que a União tem com o FGTS deveria ser integralmente paga pelo governo federal, com recursos do Tesouro. No entanto, a proposta de FHC é que esta dívida seja rateada

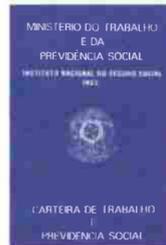
entre os empresários e os trabalhadores, restando para o governo apenas uma pequena parcela.

Os empresários cobririam cerca de R\$ 15,7 bilhões da dívida, por meio de um adicional de 0,5% à contribuição mensal de 8% que hoje já pagam sobre os salários dos trabalhadores. E também com o aumento de 10% sobre a multa que pagam quando despedem um trabalhador sem justa causa.

Mais lamentável ainda do que a violência contra os empresários é que uma parcela ainda maior será paga pelos próprios trabalhadores. De credores, eles foram transformados em devedores. Nada menos do que R\$ 4,7 bilhões serão retirados de deságios entre 10% e 15% sobre os saldos de suas contas do FGTS à época dos Planos Verão e Collor. Isto é, os trabalhadores que têm saldo a receber acima de R\$ 1 mil só receberão as suas parcelas com os referidos descontos.

O presidente FHC afirmou que o governo entrará com uma parcela de R\$ 6 bilhões, que seriam cobertos pela troca de créditos do Fundo de Compensações das Variações Salariais (FCVS) por Letras Financeiras do Tesouro Nacional, devidos ao FGTS pela Caixa Econômica Federal.

Ora, para fechar toda conta dos R\$ 40,5 bilhões,



quem pagará os restantes R\$ 14,1 bilhões? Segundo o governo, esse buraco seria coberto com recursos disponíveis no patrimônio líquido do

próprio FGTS. O governo deixou subentendido que esse montante também corresponderia a uma parcela sua. Mas, a bem da verdade, ela deve ser contabilizada também na conta dos trabalhadores, pois o dinheiro depositado no FGTS é dinheiro dos trabalhadores e não do governo. Somando os R\$ 4,7 bilhões iniciais, que viriam dos deságios compulsórios, com esse restante, chega-se à

conclusão de que caberá aos trabalhadores o pagamento de R\$ 18,8 bilhões da dívida do FGTS.

É por isso que podemos afirmar que o "maior acordo" proposto pelo presidente Fernando Henrique é, na verdade, o maior calote do mundo. Maior, mas não o único.

Outro dos muitos calotes contra os trabalhadores deste país, também relacionados ao FGTS, é o que está sendo aplicado por duas dezenas de times de futebol, que já acumulam uma dívida de R\$ 44 milhões. Essa atitude os caracteriza como depositários infieis e sujeita seus dirigentes à prisão. Entre os devedores estão o Botafogo, que deixou de recolher R\$ 7,7 milhões; o Vasco, com uma dívida de R\$ 5,6 milhões; e o Santos, que tem uma dívida de R\$ 4,2 milhões.

Sendo caloteados tanto pelo governo como pelos patrões, resta aos trabalhadores deste país rebelar-se para garantir o cumprimento de seus direitos.

Pedro Celso, deputado federal PT-DF, vice-presidente da CPI da Nike-CBF

Voto secreto sem segredos – o caso Prodase

A Comissão de Inquérito do Senado, apoiada em laudo da Unicamp, ao confirmar a violação do sistema de votação na cassação de Luiz Estevão retoma problemas não resolvidos em relação à tecnologia e aos técnicos: a tecnologia não é neutra nem segura e os técnicos estão longe de serem controlados.

Mais do que tentar resolver estes problemas, cabe pensar qual será a melhor solução para a sociedade. A resposta rápida e objetiva muito provavelmente levará ao erro. Para abordagem do problema podemos começar assim: "As nossas certezas são sempre provisórias", como consta do lançamento da revista eletrônica Polêmica, do Laboratório de Estudos Contemporâneos da UERJ (www2.uerj.br/~labore).

Não são os computadores e as telecomunicações os causadores do desemprego estrutural assim como não foi a física moderna a responsável pela bomba atômica. Ambas as tecnologias são importantes instrumentos, por exemplo, no tratamento médico – diagnóstico à distância. Não há neutralidade. As forças sociais determinam o uso da tecnologia.

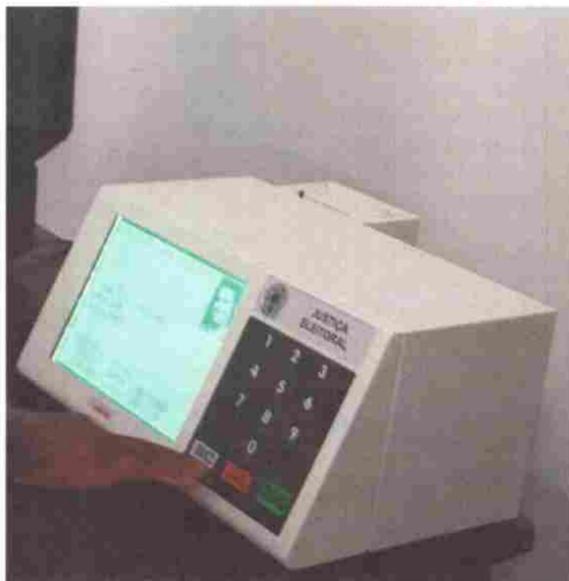
Quanto à segurança de um sistema devemos inicialmente formular a pergunta: seguro para quem?

Fosse o sistema do Senado rigorosamente

seguro mas especificado por alguém que quisesse modificar o resultado de votações, a segurança seria um mecanismo contra a democracia. A mesma insegurança do sistema para violá-lo serviu para que a auditoria da Unicamp confirmasse a violação. Pelo que se lê na imprensa, não foram necessárias técnicas muito sofisticadas para confirmar a violação, pelo contrário, os peritos apontam a existência de um outro caminho mais fácil e que não foi utilizado.

Pois bem, a frágil segurança permitiu a auditoria, quando o desejável é que o sistema fosse auto auditável (log – no jargão informático). Algo como a caixa preta dos aviões. Consideramos que a melhor forma de ter segurança num sistema é tornar sua funcionalidade e códigos abertos. Não é o segredo que garante a segurança, a fiscalização mais transparente tende a trazer melhores resultados.

O segredo, em geral, beneficia somente o proprietário do sistema, que pode vendê-lo para outros clientes. A abertura do código interessa ao usuário e em sistemas de interesse público, deveria ser obrigatória. Tomamos a liberdade de sugerir que sejam verificadas em outras casas legislativas se o sistema do mesmo fornecedor tem as mesmas facilidades de fraude apontadas pela Unicamp no Senado. Caso tenha,



O TSE precisa ampliar o apoio ao sistema de votação eletrônica, tornado-o mais aberto e auditável.

podemos sugerir que o sistema seja revisto. Caso as características sejam somente para o Senado, precisa-se investigar o porque.

No mesmo tema da votação eletrônica, o segredo infelizmente marca o sistema das eleições gerais sob gestão do TSE. Reafirmamos que a votação eletrônica tem sido muito positiva para a democracia no Brasil e que não deve haver retrocesso. No entanto, o Judiciário tem de ser controlado também pela sociedade. No relato da servidora do Prodase no jornal consta: "Ele inseriu o disquete e foi

embora. Tudo levou menos de 15 minutos."

Imaginemos uma denúncia desta nas eleições gerais. Todo o esforço dispendido até hoje para usar a informática para melhor processar as eleições pode ser perdido. O TSE precisa ampliar o apoio ao sistema tornado-o mais aberto e auditável.

Comprovante

O PDT tem insistido em que após a votação cada eleitor receba um comprovante de votação e o coloque numa urna convencional à parte, para se necessário ser aberta e eventuais recontagens e

confirmação dos resultados. Esta solução abre a possibilidade para pessoas mal intencionadas criarem instabilidade nas sessões afirmando que votaram em um candidato e a cédula apontou outro. Não devemos descartar o método de confronto com as cédulas em papel mas são necessários cuidados adicionais.

O PT, nas eleições de 2000, propôs que os partidos pudessem auditar durante a votação uma determinada quantidade de locais e urnas por eles escolhidas. Outra medida não excludente dos dois métodos é que os partidos tenham em mãos cópia exata dos programas, códigos abertos, que são executados nas urnas e que a qualquer momento, sem prejudicar a votação, possam fazer a comparação.

Mesmo com todas as medidas não se chegará a um sistema 100% seguro. O ser humano é fator preponderante. Assim é também em outras áreas do conhecimento: um advogado pode levar seu cliente à condenação e um médico, seu paciente à morte. Tudo por culpa ou dolo. Com a tecnologia não é diferente. E aqui vale um reparo, no caso do Senado, não houve fraude, pois não alterou a votação. Houve violação do sistema o que se assemelha ao atenuante da culpabilidade dos técnicos envolvidos.

Os profissionais envolvidos com a violação

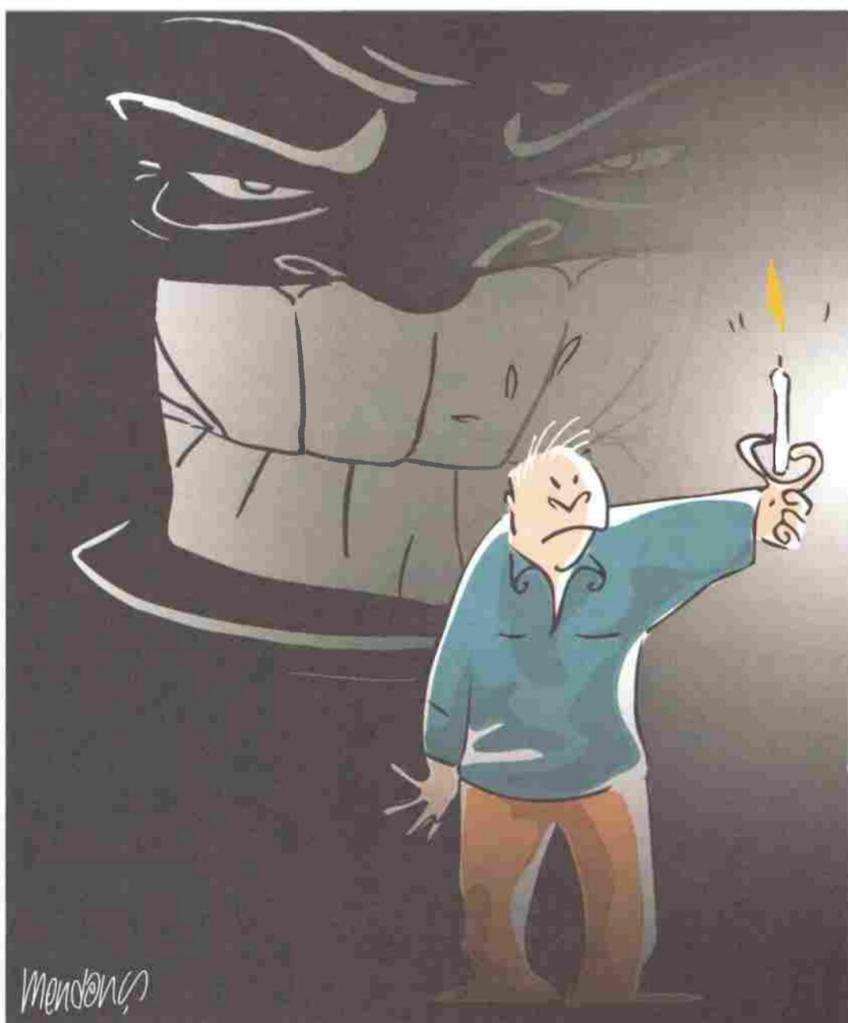
ao que tudo indica não cometeram um crime. Poderiam ter violado a ética, mas que ética se o próprio Congresso obstrui há 20 anos a criação do Conselho dos Profissionais de Informática? Entendemos, pelo relato na imprensa, que a ex-diretora do Prodase foi conivente num processo conspiratório e que tinha consciência de estar envolvida e até coordenou uma ação irregular. Temos porém de considerar a ausência de instrumentos para o profissional de informática questionar seu chefe, ainda mais sendo ele o presidente do Senado.

Controle

Além de saber e ver punidos os mandantes da violação, a sociedade também precisa ser informada de quanto custou o sistema para apurar votações com menos de uma centena de senadores, quem especificou os mecanismos de controle, se estes mecanismos funcionam e como será feito daqui para frente.

Certa vez colocaram pianos com dois teclados para controlar parlamentares, tudo indica que não deu certo. O melhor mesmo será um controle mais geral e refinado ao mesmo tempo nas eleições de 2002 com ampla participação popular.

Sergio Rosa, analista de sistemas, membro do Diretório Regional do PT-RJ e foi presidente do Proderj de janeiro de 1999 a março de 2000.



BAHIA

Chefão ladeira abaixo

Célebre por suas ladeiras, a capital da Bahia assiste à escorregada de proeminente político local. Dessa vez se trata, nada mais nada menos, de um dos mais importantes líderes da direita brasileira e latino-americana: o até recentemente presidente do Senado da República, figura tida como comandante maior da Nação e, lógico, candidato ao principal posto (comandante único) do país.

Nem é a primeira vez que o atual senador ACM escorrega feio ladeira abaixo. Mas, considerando-se que, em seus mais de quarenta anos de carreira política, esse personagem subiu muitas e íngremes ladeiras e vinha tentando escalar, no característico jogo bruto, o Everest da política brasileira, a possível cassação de seu mandato por gravíssima transgressão ética pode causar enorme impacto.

Limpar imagem e reconquistar certas posições no terreno político central atual de um país como o Brasil já não é certamente tarefa ligeira, por mais que se conte com impérios ou monopólios de comunicação. A chamada democracia brasileira, embora essencialmente muito frágil, pelo menos permite um mínimo de pluralismo amadurecido e instituições de salva-guarda consolidadas.

Olhando-se desde a Bahia, porém, é inevitável colocar as barbas de molho. Não se vê ali, obviamente, o mesmo patamar de desenvolvimento democrático. Como "base de cordilheira", a Bahia, e, por extensão, todo o Norte-

Nordeste subdesenvolvido, em tese, já não deveria pesar tanto enquanto "plataforma", pé de serra, patamar, de ascensão política. Mas efetivamente pesa.

"Toninho Malvadeza", desde meados dos anos 80, tornou-se o grande nome da direita ortodoxa no Brasil. Essa ala menos constrangida e mais radical e ostensivamente ideológica da direita internacional, que conspira, intervém, articula, financia e manipula o tempo todo, nos quatro cantos, enxergou o talento técnico-político incomum e as potencialidades concretas de ACM como elemento com possibilidades de manter o Brasil, e, por tabela estratégica, a América Latina, mais distante de um poder de esquerda que certamente colocaria em risco a *pax* neoliberal mundial.

Investiram pesado no "omi". Um dia ainda conheceremos contornos mais precisos desses "investimentos". Quanto de apoio moral e técnico, e quanto de outros tipos de apoio? Um bom número de rabos de palha esperam ser puxados. Como ACM consegue erguer e manter seu império familiar de comunicações e industrial de construção civil e incorporação imobiliária urbana? Suas orgias traficantes no Ministério das Comunicações e o escandaloso Caso NEC não explicam, mas apenas se somam cumulativamente configurando uma missão deliberada e estratégica. Outra: como ACM consegue, no início dos anos 90, voltando a subir ladeira desde fins do anos 80 (acobertado não mais

pela Ditadura Militar, mas sim pelo "democrático" Sarney), agregar soma tão vultosa de recursos de investimento para obras de impacto na Bahia, especialmente em Salvador? Certo que parte do esquema era segurar Collor e assegurar transferências federais tão fartas quanto possíveis. Certo também que Bid e Bird neoliberalmente ideologizados e manipulados ajudaram um bocado. Ainda assim, porque as contas públicas da Bahia, coincidentemente, entram, justo então, em fase de turbidez e opacidade, ora ostensiva, ora sutil? Até hoje esses números permanecem enigmáticos, misteriosos, não plena e transparentemente revelados.

Se a esquerda, especialmente o PT, perceber a dimensão inteira do que vem ocorrendo e ajustar os cordéis de sua estratégia política, certamente melhoram muito as chances de governar o Brasil, proporcionar um grande projeto de interesse do nosso povo, e influir fortemente na busca de uma Nova Ordem Mundial. Bem, pelo menos os fatos podem nos poupar dos deprimentes rituais elitistas ingênuo-cooptantes em que se envolvem nossos engravatados parlamentares da República, trocando alegadas gentilezas cordiais, "democráticas de convívio", com figuras do naipe de um Toninho Malvadeza.

Eduardo Almeida, jornalista, indigenista, produtor rural e militante do PT na Bahia.

ESTATAL

Quem ganha com a privatização de Furnas?

Temos pela frente uma crise de abastecimento de eletricidade, que será mais grave e prolongada na medida em que as autoridades insistam na aplicação dogmática de políticas que já se comprovaram equivocadas. Uma dessas políticas foi a da privatização das hidroelétricas, com base no argumento de que o capital privado se encarregaria de expandir o sistema elétrico, e que - no ambiente competitivo do mercado - as tarifas ficariam mais baratas. Ocorre que os novos donos das antigas estatais não investiram o suficiente na expansão do sistema, pois isso conflitaria com a meta empresarial de maximizar os lucros para remetê-los aos acionistas. De fato, nestes últimos anos, os poucos projetos de expansão foram bancados preponderantemente pelo Estado. E as tarifas, que eram acessíveis até para as populações de baixa renda, estão hoje entre as mais caras do mundo.

Examinemos o caso de Furnas que, paradoxalmente, tem sido salva da privatização pela encarniçada disputa de bastidores de que é objeto. No ano passado, a empresa gerou 39 milhões de MWh em suas próprias hidroelétricas e, descontadas as perdas, entregou 37 milhões de MWh às principais distribuidoras da Região Centro-Sul; além de ter transportado outros 98 milhões de MWh, dos quais 90% foram gerados em Itaipu. No total, portanto, Furnas supriu 135 milhões de MWh, o que equivale a mais de um terço da eletricidade consumida no Brasil, cobrindo 55% dos pontos de consumo. Com as atuais tarifas, sua receita no corrente ano pode chegar a 1 bilhão de dólares, só com a venda de sua própria eletricidade, isto é, sem contar a transmissão da energia de outras geradoras.

Dada a elevada idade média do parque gerador de Furnas, seu valor contábil é muito reduzido, daí resultando uma incidência do capital, nos custos de geração, de apenas 6 dólares por MWh, o que lhe permite vender eletricidade a um preço que contribui decisivamente para manter em níveis reduzidos o *mix* tarifário oferecido às distribuidoras.

Observe-se que, com a incorporação do custo residual de 6 dólares por MWh na composição da tarifa, os 37 milhões de MWh acima citados geram uma receita de capital da ordem de 220 milhões de dólares. Normalmente, reaplica-se esta receita (que não é contabilizada como lucro) na expansão do sistema, a título de investimento com recursos próprios. Se Furnas for privatizada, tal receita será acrescentada aos lucros e remetida aos acionistas, privando a empresa de recursos para a expansão do sistema.

A partir de 2.003, quando o sistema estiver "desregulamentado" pelo Mercado Atacadista de Energia, a tarifa de suprimento subirá muito, por força dos elevados custos de geração das termoeletricas a gás natural. Com isso, o faturamento próprio de Furnas poderá elevar-se a 2 bilhões de dólares por ano, e seu lucro líquido poderá atingir 60% desse valor, pois os custos operacionais ficarão estáveis (ou cairão, via terceirizações). Teremos então, por assim dizer, caudalosos fluxos de água dos rios vertendo, através das hidroelétricas, gigantescas somas de dinheiro nos cofres da empresa. Privatizar Furnas significa obrigar os consumidores brasileiros a pagar em dólares por essa inestimável riqueza natural, que nos permite gerar eletricidade quase de graça, em usinas construídas com tecnologia nacional e dinheiro do contribuinte. Quem ganha com isso?

A importância estratégica da empresa é ainda maior que seu valor econômico: situada no coração do sistema elétrico brasileiro e abastecendo partes das regiões Sudeste e Centro-Oeste, que abrangem estados onde se produz uma fatia de 66% do PIB nacional, Furnas poderia desempenhar a importantíssima função de regular os custos da eletricidade distribuída nessas regiões, compensando assim, pelo menos em parte, as fragilidades do MAE (Mercado Atacadista de Energia) e da ANEEL (Agência de Nacional de Energia Elétrica), órgãos

criados por sugestão de uma firma de consultoria britânica, inexperiente em sistemas hidroelétricos.

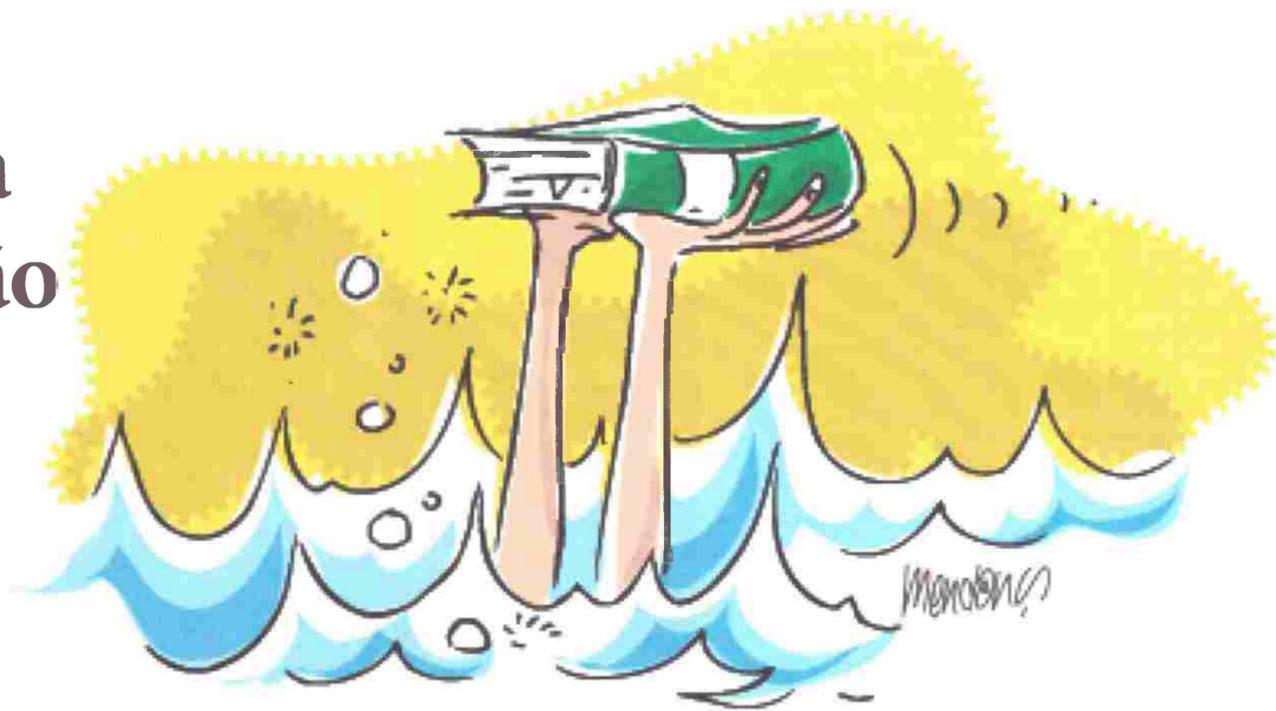
Estimativas - promovidas pelos interessados na privatização - avaliam em 6 bilhões de dólares o preço para o leilão de Furnas, cujo parque gerador tem 8,5 milhões de kW instalados. Este valor está subestimado, pois o custo de construção de novas hidroelétricas é da ordem de 1.400 dólares por kW instalado, de modo que somente as usinas de Furnas valem 11,9 bilhões de dólares. Note-se que aí não estão incluídos os cerca de R\$ 600 milhões em caixa, nem os valiosíssimos imóveis pertencentes à empresa, muito menos as equipes de técnicos e engenheiros altamente qualificados, cuja experiência acumulada em muitos anos de trabalho vale talvez mais que os próprios ativos físicos de Furnas. Os interessados na compra, em sintonia com certos "consultores" e colonistas econômicos, alegam que aquele preço (que foi calculado pelo método do fluxo de caixa descontado) refere-se a ativos contabilmente depreciados. Ora, as usinas foram construídas com recursos especialmente incorporados para isso na estrutura das tarifas pagas pelos consumidores, tendo sido, portanto, "compradas" pela sociedade, que assim adquiriu o direito de receber energia elétrica a preços calculados com base em ativos depreciados. Além disso, não é honesto aplicar o método do fluxo descontado para calcular o valor de um sistema que gera eletricidade usando os fluxos das águas de nossos rios, que são permanentes, tendo portanto valor amoldável naturalmente reajustado *ad infinitum*. Seria um abuso de confiança que esta administração, passageira como qualquer outra, se avocasse poderes para alienar Furnas, convertendo-a em fonte de lucros eternos para grupos de sua escolha.

Joaquim Francisco de Carvalho, mestre em Ciências de Engenharia, é membro do Conselho Consultivo do Instituto de Estudos Estratégicos do Setor Elétrico. Artigo publicado no Correio da Cidadania



L I T E R A T U R A

A onda da globalização alaga o Sítio do Pica-pau Amarelo



A relação do Brasil com a leitura e a literatura é muito complicada. Sempre se leu pouco no país. Apesar disso, os editores de livros – do final do século XIX para cá – nunca deixaram de realizar lucros com o seu negócio. Mas a margem de lucro dos editores, que jamais foi pequena, conheceu um expressivo *boom* na década de 70, quando a compra de livros didáticos por governos (Federal, estaduais e municipais) se tornou sistemática e milhões de exemplares passaram a ser negociados a cada ano, por quantias também milionárias.

As principais editoras brasileiras de livros didáticos tornaram-se suficientemente grandes para despertar o interesse de grupos multinacionais. Recentemente, as duas maiores foram adquiridas por conglomerados de comunicação espanhóis: a Ática, faz já dois anos; a Moderna no mês passado. Mas o desenvolvimento do negócio dos livros didáticos não tem movimentado somente dinheiro. Gerou também qualidade, embora nem a mídia nem as universidades dêem muita importância ao fato.

Enfim, paralelamente à indústria das obras didáticas, desenvolveu-se aqui um mercado de livros educativos de caráter complementar, chamados paradidáticos. Entre eles, incluem-se os livros de literatura juvenil e infantil, que contribuíram expressivamente com o próprio enriquecimento da educação e da cultura brasileira, nos últimos trinta anos. A literatura infantil e juvenil brasileira destas três últimas décadas é mesmo muito rica, em vários sentidos.

Para se ter uma idéia, desde seus aspectos editoriais e gráficos, a maioria das obras publicadas prima pela qualidade. Há também, inquestionavelmente, grandes escritores, como Ana Maria Machado, que recebeu no ano passado o prêmio Hans Christian Andersen, uma espécie de Nobel da área. Além de Ana Maria, Lygia Bojunga Nunes já recebera o mesmo prêmio 20 anos antes e os nomes de Ruth Rocha e Sílvia Orthof também merecem destaque, no mínimo pela visão de mundo crítica que passam para o leitor-mirim.

Mas não se pode esquecer que falamos de livros para crianças, onde a ilustração tem enorme importância. Os ilustradores brasileiros criaram uma linguagem própria e já obtiveram reconhecimento no exterior. Participam de eventos importantes do setor, como as Exposições de Ilustração de Bratislava e Barcelona, ou a Feira do Livro Infantil de Bologna, além de figurar nos catálogos internacionais.

Entretanto, apesar de chegar ao ano 2001 no mesmo patamar de qualidade que atingiu nas três décadas passadas, nossa literatura infanto-juvenil está ameaçada há pelo menos seis anos. Surpreendentemente, quem ameaça sua existência são seus próprios editores – e não estamos falando dos estrangeiros, que estão chegando agora ao mercado!

Para diminuir os custos e aumentar os lucros, os grandes empresários brasileiros do setor editorial têm deixado de publicar os autores nacionais de literatura infantil e se dedicado quase exclusivamente à tradução de obras estrangeiras. A denúncia

foi feita pioneiramente pela professora Ana Lúcia Brandão, crítica literária e pesquisadora da Biblioteca Monteiro Lobato, de São Paulo, na Revista Doce-de-Letra, a única página brasileira da Internet dedicada à literatura infantil.

Com as obras estrangeiras, alerta a pesquisadora, desaparece o mercado de trabalho para o nosso ilustrador, pois os livros já vêm de fora ilustrados, em fotolito, onde basta aplicar a versão do texto em português e partir para o processo de impressão. Os *royalties* que os editores nacionais pagam por isso, é claro, saem muito mais em conta do que pagar um ilustrador, além de poupar trabalho e trabalhadores nos departamentos de arte das empresas.

A professora também levanta uma interessante dúvida sobre o aspecto educacional do assunto: “Se os Parâmetros Curriculares Nacionais, criados pelo MEC, apresentam forte preocupação com a identidade brasileira, não é dissonante que as nossas crianças e o jovens tomem contato com a questão a partir da leitura de autores estrangeiros?”. Além de

dissonante, vale lembrar que a substituição da literatura infantil nacional pela estrangeira também desrespeita legislação em vigor, que estabelece a obrigatoriedade da leitura de autores nacionais nas escolas do país.

Mas as grandes editoras de didáticos e paradidáticos resolveram escrever por linhas tortas, as escolas se restringem a comprar o que o mercado lhes empurra e, aparentemente, as autoridades competentes ainda não se aperceberam dos fatos.

Os editores, aliás, deitam e rolam. No caso dos direitos autorais, por exemplo, quando a praxe internacional estabelece o pagamento de 10% das vendas de uma obra a seu autor, os editores nacionais pagam aos escritores de didáticos e paradidáticos 5%. Alegam que, por estas obras venderem muito, o autor já ganha bastante dinheiro, mesmo tendo diminuída a porcentagem a que faz jus. Não é um primor? Só tendo a cara de pau dos tios do Harry Potter!

Antonio Carlos Olivieri,
jornalista e escritor.

I M P U N I D A D E

Eldorado do Carajás: cinco anos sem punição

“O mundo estará de olho no Brasil amanhã, em defesa da Reforma Agrária e contra a violência no campo”. A declaração foi feita no dia 16 de abril pela deputada federal Luci Choinacki (PT-SC) sobre a série de manifestações realizadas em 78 países para marcar os cinco anos do massacre de agricultores sem terra em Eldorado do Carajás, no Pará.

“É cada vez maior o clamor por justiça nos movimentos sociais e partidos de esquerda”, declarou a deputada petista, que participou de manifestações de sem terra em Santa Catarina. Luci lembrou que depois de cinco anos do massacre, nenhum dos responsáveis foi punido. “O julgamento foi uma farsa”, declarou.

As manifestações, organizadas pelo MST, ocorreram em 20 Estados brasileiros e reuniram cerca de 22 mil trabalhadores.

“Estamos ganhando esta guerra pela razão”. A frase foi dita pelo

deputado federal Adão Pretto (PT-RS), ao avaliar as manifestações do quinto aniversário do massacre. Adão Pretto ressalta que em nenhum local foi registrado qualquer ato de repressão por parte da polícia. “O governo não teve coragem de reprimir e é por isso que digo que estamos ganhando a guerra, não pela força física, mas pela razão”, declarou o deputado petista, ligado ao movimento dos sem terra.

Pretto citou como exemplo da força do movimento o fechamento por 13 horas da ponte que liga Brasil e Argentina, entre as cidades de Uruguaiana e Paso de Los Libres. Mesmo os motoristas de caminhão, que poderiam protestar contra o bloqueio, aderiram ao protesto.

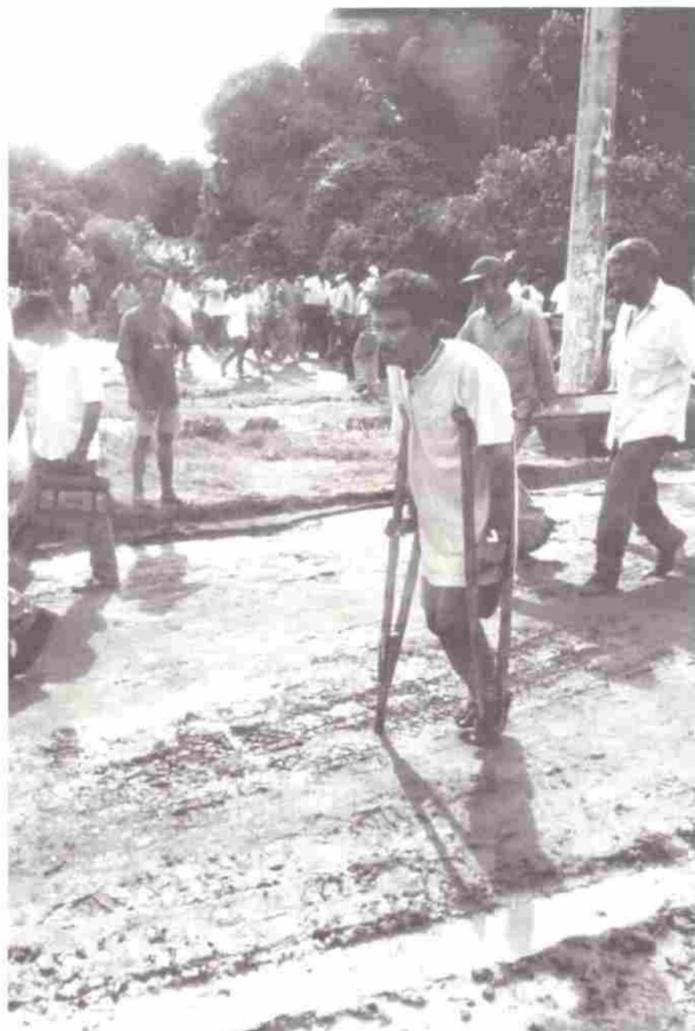
Campanha por julgamento

O MST está fazendo uma campanha para pressionar as autoridades para a realização de um julgamento imparcial dos acusados pelo massacre de

Eldorado do Carajás. A sentença do julgamento que absolveu os três oficiais acusados de comandarem o Massacre de Eldorado do Carajás foi anulada pelo Tribunal de Justiça do Pará.

Contra a decisão do Tribunal os advogados dos acusados entraram com um recurso no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. O julgamento deste recurso ainda não tem data marcada. O julgamento de todos os acusados, inclusive dos três oficiais, poderá ser retomado em breve.

Diante desta informação o MST orienta todas as personalidades e entidades que lutam pela defesa dos trabalhadores e pelos direitos humanos para enviar representantes para assistir o julgamento ainda neste primeiro semestre. O MST também orienta que sejam enviadas cartas ou mensagens para o presidente do Senado, Jader Barbalho, reivindicando um julgamento imparcial.



CURTAS

Confirmada inscrição de Suplicy

O PT divulgou no dia 23 de abril nota aprovada durante reunião da Comissão Executiva Nacional do Partido, em que considera o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) inscrito para a disputa das prévias eleitorais, para candidatura a Presidente da República pelo PT. A disputa, caso haja outro candidato, está prevista para o último trimestre de 2001 ou primeiro de 2002.

Bittar e os governos estaduais

O deputado federal Jorge Bittar (PT-RJ) será responsável pela nova secretaria do Diretório Nacional do PT. O nome do deputado foi apresentado durante reunião da Comissão Executiva Nacional e deverá ser referendado na próxima reunião do DN. A nova secretaria vai acompanhar os governos estaduais petistas.

A secretaria é fruto do desmembramento da Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais (Snai), que continua responsável pelo acompanhamento das administrações municipais.

Santana comunica afastamento

O deputado federal Carlos Santana (PT-RJ) comunicou na reunião da Comissão Executiva Nacional do PT seu afastamento da presidência do Diretório Regional fluminense. Solicitou também que a Comissão de Ética do Diretório Nacional averiguar o episódio envolvendo contribuição da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) à sua campanha. A CBF doou ao deputado R\$ 50 mil. O valor não foi declarado ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Prazo para listas de filiados é prorrogado

Quatro de maio é o último prazo para os diretórios municipais do PT publicarem as listas dos filiados aptos a votarem nas Eleições Diretas 2001 do Partido. A informação é do secretário nacional de Organização do PT, Sílvio Pereira. Segundo ele, a data anteriormente estabelecida para o dia 20 de abril foi prorrogada na reunião da Comissão Executiva Nacional (CEN) do PT. No mesmo dia, ou seja, na sexta-feira da próxima semana, os diretórios municipais devem encaminhar as listas aos respectivos diretórios regionais, sob pena de não poder convocar eleições, nem realizar seu

Encontro. Outras definições da reunião da CEN foram a aprovação do regulamento das Eleições Diretas e dos Encontros, que estarão disponíveis no site do PT (www.pt.org.br).

Veja abaixo as novas datas-limite:

04/05/01 Divulgação da Lista de Filiados até 16/09/00 pelos DM's e DZ's

04/05/01 Envio da Lista de Filiados pelo DM ao DR (inclusive DM com Zonais)

11/05/01 Retificação de erros e insuficiências junto ao DR

18/05/01 Impugnação de nomes na Lista de Filiados junto à CEE

18/05/01 Envio da Lista de Filiados pelo DR ao DN

25/05/01 Julgamento pela CEE das impugnações na Lista de Filiados

01/06/01 Recurso à CEN das decisões das CEE's sobre impugnações na Lista de Filiados

11/06/01 Julgamento pela CEN dos recursos sobre impugnações na Lista de Filiados

Tribunal da Dívida no FSM-2002

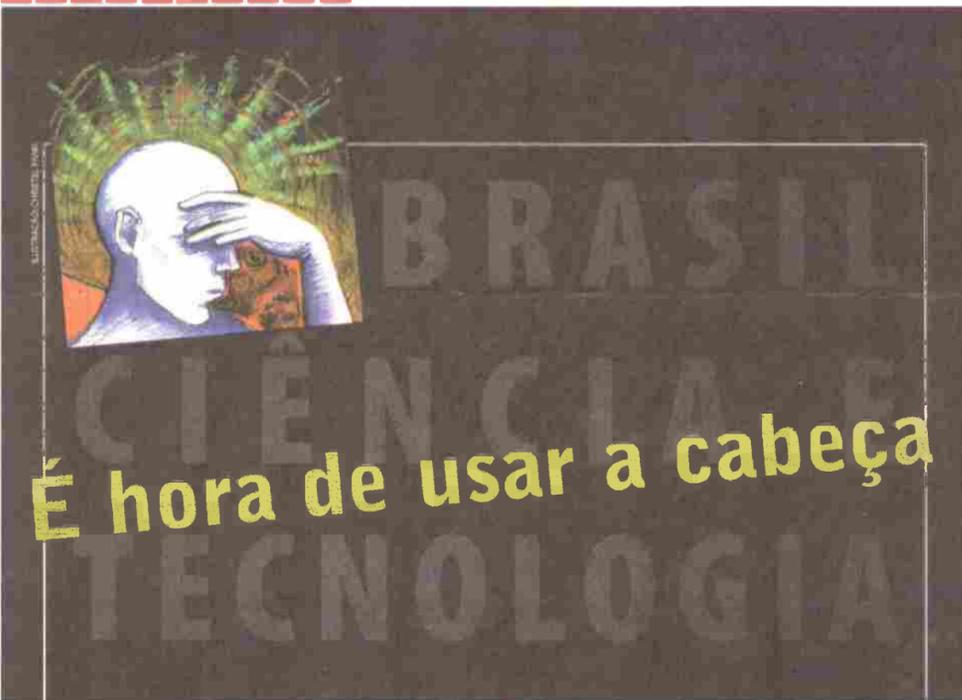
O Tribunal Mundial da Dívida e o Encontro Continental das Campanhas da Dívida ocorrerão em janeiro de 2002, simultâneos ao Fórum Social Mundial, na cidade de Porto Alegre (RS). A simultaneidade dos eventos foi decidida na reunião da coordenação da campanha Jubileu Sul/Américas, ocorrida de 2 a 4 de abril, em Buenos Aires (Argentina). Participaram representantes da Argentina, Chile, México, Paraguai, Haiti, República Dominicana, Nicarágua, Equador e Brasil.

O Encontro Continental das Campanhas da Dívida será realizado dois dias antes do início do Fórum Social Mundial, enquanto o Tribunal Mundial pretende fazer parte das atividades oficiais. Segundo os organizadores, os objetivos do encontro são a troca de informações, o debate de conteúdos e a unificação de ações. As discussões prioritárias serão "a postura da campanha da dívida frente aos acordos multilaterais (como a Alca), e frente ao debate de alternativas ao neoliberalismo".

Durante a reunião foi estabelecido um "esboço" do Tribunal, que inclui sua instalação, "por militantes na área jurídica", apresentação das denúncias "por representantes das vítimas", as alegações finais da defesa e da acusação e o veredicto.

As consultas e articulações para a organização do Tribunal e do Encontro já foram iniciadas. O Brasil terá o desafio de organizar atividades preparatórias e grandes caravanas para Porto Alegre.

LANÇAMENTO



Detalhe da capa do Manifesto em Defesa do Brasil II

Ciência e Tecnologia é tema de Manifesto

O Conselho Político da Frente Democrática e Popular lançou, no dia 20 de abril, o Manifesto em Defesa do Brasil II – Ciência e Tecnologia. O evento ocorreu na Câmara Municipal de São Paulo e contou com a presença de líderes partidários, intelectuais e várias personalidades.

A importância da pesquisa

O físico Luiz Pinguelli Rosa e o professor de Comunicação Marcos Dantas ressaltaram, durante abertura do ato de lançamento, a importância das pesquisas científicas no mundo atual. Pinguelli destacou que as "descobertas científicas estão sendo aplicadas em prazos cada vez mais reduzidos", exemplificando com a descoberta das ondas eletromagnéticas e o avanço nas telecomunicações. Frente a esta rapidez, Dantas acrescenta que há necessidade de "mudar o lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho". "O país sempre foi utilizado como mão-de-obra barata, e agora nem isso, em decorrência da automatização nas indústrias", elucidou.

De acordo com Pinguelli, o Brasil é o maior pólo de pesquisas fora dos países desenvolvidos e, no entanto, argumenta Dantas, o país ainda é mero receptor de "gadgets" - bugigangas eletrônicas. Dantas defende a implantação de política com vistas à produção do conhecimento, gerador do desenvolvimento tecnológico.

Exclusão na rede

A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), traçou um paralelo entre a exclusão social e a exclusão da rede de informações, relação feita

durante o lançamento do Manifesto em Defesa do Brasil II – Ciência e Tecnologia.

Marta destacou a importância do acesso à informação. Para ela, em pouco tempo "vamos ter a mesma indignação com a população que não tem alcance à internet, como temos hoje com aqueles que não sabem ler e escrever", sentença. As pessoas excluídas dos serviços básicos são as mesmas excluídas da rede, argumenta Marta.

De acordo com a petista, a tecnologia é fonte de riqueza dos países desenvolvidos. "O Brasil pode ser, por meio de pesquisas e investimentos na área, a maior potência de biotecnologia".

Marta falou ainda do projeto popular de inclusão digital – Sampa.org – implementado pela prefeitura petista na periferia da cidade de São Paulo. Ela considera como um dos projetos mais inovadores. Mas a preocupação com este setor não pára por aí. Marta, que afirmou estar a capital paulistana na idade da pedra, garante que vai implantar o "governo eletrônico" como forma de democratizar o acesso às informações e atos do Executivo.

Estatais como centros tecnológicos

O físico José Leite Lopes defendeu as empresas estatais como centros de pesquisa e tecnologia durante seu discurso. O cientista exemplificou com Furnas e Petrobras, ameaçadas de privatização, que devem ser defendidas como "propriedade do povo". Lopes falou da importância de empresas como estas concentrarem os principais cientistas brasileiros e promoverem a pesquisa científica. Lopes fez questão de ressaltar sua "honra e alegria" de encontrar o PT no evento. "Este é um partido singular, único, na história política brasileira", declarou o professor, atribuindo a iniciativa do manifesto ao PT, e destacando o programa petista "em favor do povo brasileiro". Ao seu discurso seguiu-se o do presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu (SP), que disse "assinar embaixo" do discurso do professor, e se comprometeu com a priorização da aplicação do Manifesto nos debates e decisões do PT.

O líder petista Luiz Inácio Lula da Silva cumprimentou o coordenador do Conselho Político da Frente

Democrática e Popular, Tarso Genro, pela iniciativa do Manifesto. "Enquanto a população está perplexa com a corrupção na Sudam, no Finor, o depoimento sobre a violação do painel de votação do Senado, todos escândalos que envolvem o governo, estamos aqui propondo um debate sobre o desenvolvimento tecnológico para um novo governo brasileiro".

Para Lula, o desafio para a Frente Democrática e Popular não é apenas propor políticas públicas para a soberania tecnológica nacional, mas levar a discussão à população brasileira e fazê-la participar. "Se em São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro já se fala em uma terceira revolução tecnológica, em algumas regiões do país ainda não chegamos sequer à primeira", declarou Lula sobre sua preocupação com o distanciamento da população da discussão sobre desenvolvimento de pesquisa científica. O líder petista defende que o conhecimento humano deva ser acessível a todos, e não um privilégio de poucos, para que o país possa competir num mundo globalizado.

Conselho apresenta temário para o próximo manifesto

O Conselho Político da Frente Democrática e Popular, reunido no dia 20 de abril, em São Paulo, decidiu apresentar, durante o lançamento do Manifesto em Defesa do Brasil II, temário para a elaboração do próximo manifesto, que deverá ser lançado no final do ano. O coordenador do Conselho, prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, defende um "tema estratégico para discussão de programa de governo". Genro sugere ainda que a questão abordada seja a corrupção.

Alguns dos temas considerados prioritários são: sistema tributário, Alca

(Área Livre de Comércio das Américas), educação, além de corrupção.

Sobre o lançamento do Manifesto em Defesa do Brasil II – Ciência e Tecnologia, os conselheiros consideram a constituição do documento como desdobramento do primeiro manifesto, lançado em 18 de novembro de 99, que abordava a democracia e o trabalho.

O Conselho deverá se reunir novamente em 8 de junho, a partir das 11 horas, em São Paulo, para discutir a criação da Alca. Para a reunião deverá ser convidado o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães,

exonerado do cargo de diretor do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais do Itamaraty, após dar declarações críticas sobre o posicionamento do governo brasileiro em relação à Alca.

O Conselho Político da Frente Democrática e Popular foi constituído logo após as eleições de 1998, com o intuito de manter unida e ampliar a frente formada para aquele pleito. Participam do Conselho Político os partidos de oposição - PT, PCdoB, PCB e PSB - e personalidades do mundo político, acadêmico, científico, artístico, empresarial e esportivo.



Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

- Cobrança bancária
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
 Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda
 São Paulo-SP - C/C nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)

Sim, eu quero assinar o PT/Notícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: Masculino Feminino
 Filiado ao PT: Sim Não

Rua Silveira Martins, 132, São Paulo, SP, CEP 01019-000
 Tel: (xx11) 233-1328 Fax: (xx11) 233-1349